



**Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, na Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado**

Aos 13 dias do mês de abril de 2022, o júri designado por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, datado de 31 de janeiro de 2022, deu seguimento aos trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da DRAPLVT, na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:

**Presidente:** Dália da Conceição Gralha Ribeiro, Diretora de Serviços de Administração;

**1ª Vogal Efetiva:** Mára Andreia Martins Lopes Simões, Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, que substituirá a Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

**2º Vogal Efetivo:** Rui Manuel Gonçalves Paulo, técnico superior da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos (enquanto representante dos Recursos Humanos).

A Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

**I. Análise das candidaturas**

**II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso**

**III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar**

**IV. Elaboração da prova de conhecimentos**

**V. Marcação da data dos métodos de seleção**

**VI. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova**

**VII. Notificação aos candidatos**

**I. Análise das candidaturas**

1. O júri verificou que se apresentaram a concurso 10 candidatos a seguir identificados:

- Ana Isabel Frazão Fróis de Figueiredo Carreira
- Ana Sofia Garcia Ramos
- Cátia Filipa Barrocas Torres Serrano
- Filipe Manuel de Almeida Nunes
- Inês Margarida de Almeida Ferreira
- João Diogo Fidalgo Castelo
- Maria Clara Godinho Lopes Palminha
- Nelson Manuel Figueiredo Arraiolos
- Neuza Frazão Cláudio
- Nuno Joaquim Cambaio

2. O júri procedeu à análise das candidaturas ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente dos artigos 34.º e 35.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 19.º e 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na redação atual e da Oferta de Emprego OE202203/0397, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 11 de março de 2022.

deu.  
R

## II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

1. Relativamente ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos o júri, depois de analisar os processos de candidatura, conjugados com a oferta de emprego e demais legislação, deliberou admitir ao presente procedimento os candidatos a seguir identificados:

- Ana Isabel Frazão Fróis de Figueiredo Carreira
- Ana Sofia Garcia Ramos
- Cátia Filipa Barrocas Torres Serrano \*
- Filipe Manuel de Almeida Nunes
- Inês Margarida de Almeida Ferreira \*
- Maria Clara Godinho Lopes Palminha \*
- Nelson Manuel Figueiredo Arraiolos
- Neuza Frazão Cláudio
- Nuno Joaquim Cambaio

*\* admitidos condicionalmente à apresentação da declaração mencionada na alínea d) do n.º 8.3. do Aviso de Abertura do procedimento concursal, deviatamente atualizada, com data posterior à publicação do aviso.*

2. O júri deliberou a intenção de excluir do presente procedimento o candidato a seguir identificado, pelo motivo elencado:

- João Diogo Fidalgo Castelo, por falta de vínculo de emprego público por tempo indeterminado

## III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

1. Dos candidatos admitidos ao presente procedimento concursal, e analisadas as respetivas candidaturas, verificou-se que não se encontram no desempenho de funções e atividades caracterizadoras do posto de trabalho em causa, os seguintes:

- Ana Isabel Frazão Fróis de Figueiredo Carreira
- Ana Sofia Garcia Ramos
- Cátia Filipa Barrocas Torres Serrano\*
- Filipe Manuel de Almeida Nunes
- Inês Margarida de Almeida Ferreira\*
- Maria Clara Godinho Lopes Palminha\*
- Nelson Manuel Figueiredo Arraiolos
- Nuno Joaquim Cambaio

Para os candidatos identificados na lista acima, serão adotados como métodos de seleção, a Prova de Conhecimentos (PC) e a Entrevista Profissional de Seleção (EPS), conforme detalhe da Oferta de Emprego com o Código: OE202203/0397.

Ainda nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, os métodos de seleção serão aplicados num único momento.

2. Dos candidatos admitidos ao presente procedimento concursal, e analisadas as respetivas candidaturas, verificou-se que, se encontra no desempenho de funções e atividades caracterizadoras do posto de trabalho em causa, a candidata seguinte:

- Neuza Frazão Cláudio

Assim, e conforme disposto na alínea a) do número 2 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e na Oferta de Emprego com o Código: OE202203/0397, à candidata identificada na lista acima, será aplicado como métodos de seleção a Avaliação Curricular (AC) e a Entrevista Profissional de Seleção (EPS).

#### IV. Elaboração da prova de conhecimentos

Foi elaborada a prova de conhecimentos e a respetiva grelha de correção.

#### V. Marcação da data dos métodos de seleção

O júri deliberou marcar os métodos de seleção para o dia 11 de maio de 2022, pelas 10H00 para a Prova de Conhecimentos (PC) e pelas 14H30 para a Entrevista Profissional de Seleção (EPS), nas instalações da DRAPLVT, na Quinta das Oliveiras, Estrada Nacional n.º 3, 2000-471 Santarém.

Através da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos designar-se-ão dois elementos para supervisionar a referida prova de conhecimentos.

#### VI. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

O júri deliberou que não pode ser utilizado qualquer meio eletrónico durante a sua realização.

Desta decisão deve ser dado conhecimento aos candidatos aquando da notificação da data da prova e da entrevista.

#### VII. Notificações aos candidatos

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com a alínea a) do artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, deliberou o júri promover a notificação de todos os candidatos, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAPLVT.

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

Presidente



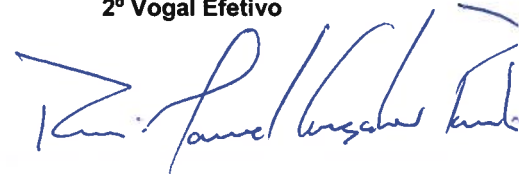
Dália da Conceição Gralha Ribeiro

1ª Vogal Efetiva

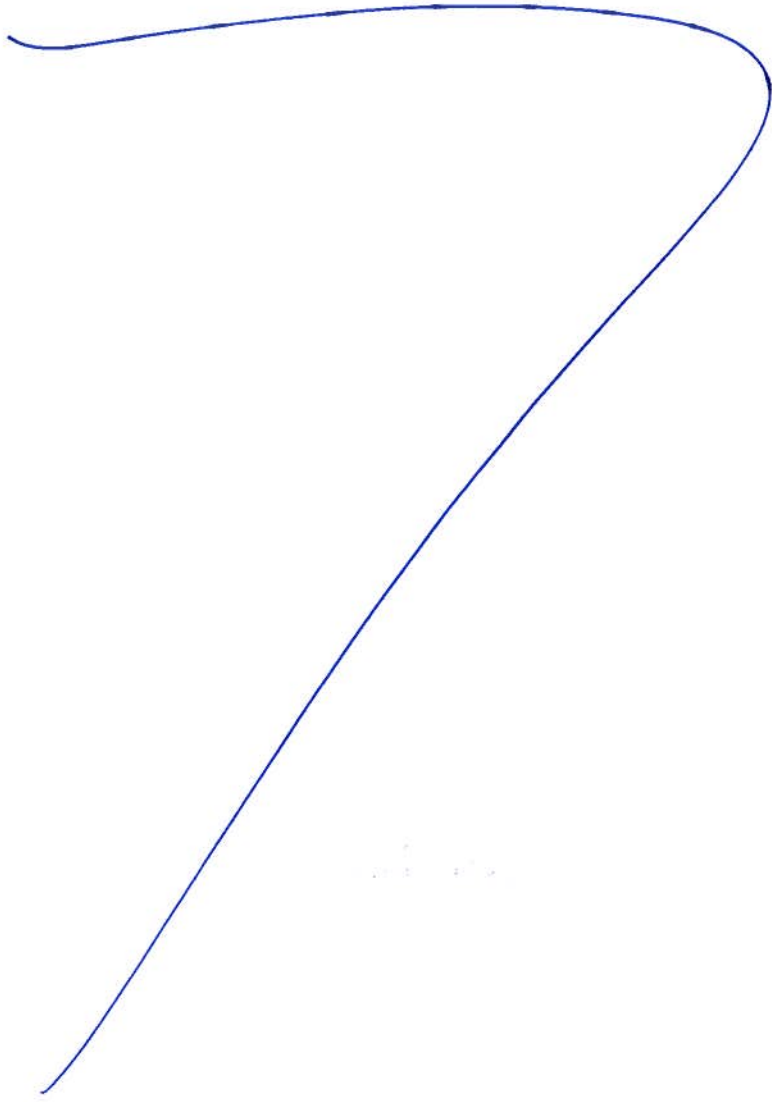


Mára Andreia Martins Lopes Simões

2º Vogal Efetivo



Rui Manuel Gonçalves Paulo



1000

1000

